

Tradução do russo e edição por CN, 9.05.2014

(original em: http://www.stoletie.ru/vzglyad/rubl_nalichnyj_i_beznalichnyj_492.htm)

O dinheiro na economia da URSS

Valentine Katassonov¹

O sistema monetário de todos os países do mundo está estruturado do seguinte modo: cerca de 90 por cento da massa monetária nos países do Ocidente são constituídos por valores nominais e apenas dez por cento existem em numerário; na Federação Russa esta relação é de aproximadamente 70 para 30.

Como é sabido, o numerário são as notas emitidas pelos bancos centrais, mais uma certa quantidade de moedas para trocos. Os valores nominais (inscritos em papel e hoje quase exclusivamente através de meios electrónicos) são também chamados depósitos. A sua emissão é feita pelos bancos comerciais sob a forma de créditos, com base em contas bancárias (depósitos). Assim, tanto o numerário pode passar à forma nominal, como o nominal pode transformar-se em numerário (dinheiro em espécie). Ou sejam, no sistema monetário actual (de «mercado») estes dois circuitos estão ligados entre si.

Agora tentemos comparar este sistema com o sistema soviético que vigorou dos anos 30 aos anos 60 do século passado, período em foi atingido o crescimento industrial máximo da economia, de que hoje tanto se fala.

No período precedente, nos anos 20, quando estava em curso a «*Nova Política Económica*» (*NEP*), o sistema monetário era de «mercado» e, como hoje, também incluía o numerário e transacções em valores nominais. Mas quando se decidiu iniciar a industrialização da economia tornou-se claro que o sistema monetário de «mercado» não podia garantir a realização do plano quinquenal, aprovado em 1928.

Ainda no período da *NEP* foram travadas acesas discussões sobre as fontes de financiamento e os ritmos de realização da industrialização. A «*Nova Oposição*» (protagonizada pelo seu principal ideólogo N. Bukhárine) sabotou de facto o plano de Stáline de industrialização acelerada, propondo uma via «*natural*» «*orgânica*» de desenvolvimento da economia do país. O algoritmo então proposto era em traços gerais o seguinte:

a) Apoio à pequena produção mercantil, o que permitiria elevar o nível de vida e o poder aquisitivo da população;

¹ Valentine Iúrievitch Katassonov (1950) é economista, ver nota biográfica em: <http://www.hist-socialismo.com/docs/KatassonovEconomiaParalela>. O presente artigo foi publicado no portal indicado com data de 5 de Fevereiro do ano em curso. (*N. Ed.*)

b) Aumento o consumo de bens e serviços dos cidadãos, permitindo que os produtores acumulassem lucros e gradualmente os aplicassem na construção e modernização das empresas;

c) Estímulos ao aforro da população; a parte aforrada dos rendimentos seria transformada através do sistema de crédito em empréstimos de longo prazo para a construção e modernização das empresas industriais;

d) Criar-se-ia assim, ao fim de um certo período de tempo, uma economia industrial no país.

Tudo isto é lógico. Apenas «*o período de tempo*» não era conveniente. Este processo podia arrastar-se por décadas, se não mesmo séculos. Nas condições do cerco hostil, a URSS não podia permitir-se um tal luxo. Por vezes, nos debates recordava-se a industrialização inglesa, a chamada «*revolução industrial*», que se realizou no prazo relativamente curto de cerca de meio século. Mas no caso da Inglaterra a fonte de financiamento da revolução industrial foi a acumulação primitiva de capital através da impiedosa pilhagem das colónias. Para a União Soviética esta hipótese pura e simplesmente não existia.

Por isso foi decidido não «*sujeitar*» a industrialização à capacidade de aforro da população e aos lucros das empresas produtoras de bens de consumo. Em vez disso decidiu-se efectuar a industrialização com base em fundos nominais, desligados da esfera dos bens de consumo e serviços à população.

Na URSS, o dinheiro nominal destinou-se em primeiro lugar à criação e desenvolvimento dos ramos de produção de meios de produção. Ou seja, máquinas, equipamentos, meios de transporte, máquinas-ferramentas de corte de metal, de tecelagem, transformação de madeira, etc. Também foi desenvolvida a produção de matérias-primas, material eléctrico, materiais de construção, engrenagens e semiacabados necessários à produção de meios de produção e de bens de consumo. A produção de meios de produção foi designada de Grupo A. O Grupo B era constituído pelos ramos de produção de bens de consumo (indústria ligeira, alimentar, farmacêutica, de mobiliário, electrodomésticos, etc.).

O aspecto principal consistia no facto de que a produção do Grupo A não tinha o estatuto de mercadoria. Porquê? Porque se a produção do Grupo A fosse vendida livremente poderia transformar-se em capital, ou seja, num meio de obtenção de lucro, de rendimentos não provenientes do trabalho. Este é um aspecto crucial das transformações económicas daquela época.

Normalmente presta-se atenção ao lado técnico e económico das transformações (criação das empresas industriais), e raramente se olha para vertente socioeconómica, que é de grande importância. A sua essência é a erradicação do capitalismo, da possibilidade de exploração do homem pelo homem, da obtenção de lucros, de rendimentos não provenientes do trabalho.

Mas se não existe mercadoria, então é lógico pressupor que também não exista dinheiro. Note-se que nos referimos aqui ao dinheiro nominal da «*economia de Stáline*». Neste caso, a expressão dinheiro nominal deve estar entre aspas.

Em todos os ramos da economia (não só no Grupo A mas também no Grupo B) foram introduzidas relações de distribuição, e não de «*mercado*».

Falamos das relações de distribuição a que hoje chamam, depreciativamente, economia de «*comando-administrativo*».

Contudo, esta distribuição não resultava de qualquer voluntarismo, mas efectuava-se com base em planos quinquenais e anuais de desenvolvimento da economia nacional.

Os planos eram elaborados com base nos balanços inter-ramos. A Comissão Estatal do Plano (*Gosplan*), o Ministério das Finanças, o Comité Estatal para o Abastecimento Técnico e Material (*Gossnab*) e o Banco Estatal da URSS (*Gosbank*) eram as principais instâncias que participavam na organização da distribuição dos recursos.

Nos *Problemas Económicos do Socialismo* (1952), Stáline definiu com rigor a essência desta economia. Além disso, nas suas intervenções e artigos expôs mais em detalhe a razão pela qual os meios de produção não podiam ser mercadorias e apenas podiam ser distribuídos entre as empresas. Nem sequer eram vendidos aos *kolkhozes*, que tinham outra forma de propriedade (os tractores e as máquinas agrícolas eram utilizadas na agricultura por intermédio das estações de máquinas e tractores do Estado. Ou seja, o Estado, enquanto único detentor dos meios de produção, depois de os entregar às empresas, em medida alguma perdia o direito de propriedade sobre eles. O director da empresa que recebia meios de produção do Estado era apenas um representante do Estado que respondia pela manutenção dos meios de produção e pela sua utilização de acordo com o plano de desenvolvimento da economia nacional.

Nas transferências internas das grandes corporações transnacionais não existem relações de «mercado». Também elas constituem um exemplo vivo dessa tal «economia de comando-administrativo», uma vez que a distribuição de recursos entre as suas filiais se realiza na base de decisões tomadas no centro dirigente. A contabilidade da circulação de recursos no seu interior efectua-se mediante preços de «transferência», os quais podem não ter nada em comum com os preços de mercado. Tudo está organizado para maximizar o resultado «integrado».

A grande diferença que existe entre a *Corporação URSS* e uma corporação capitalista normal reside na circunstância de que a primeira está focalizada para a realização de fins superiores (sociais, militares, científico-técnicos, culturais), e a segunda tem como fim, em todos os casos, a obtenção do lucro máximo para o respectivo proprietário ou grupo de accionistas.

Da mesma forma que a corporação pode sofrer grandes prejuízos se uma filial escapar à linha vertical de comando administrativo, também na *Corporação URSS* o surgimento de qualquer foco de «relações monetário-mercantis» podia provocar consequências dificilmente previsíveis. Esta era a lógica rigorosa e até mesmo estrita da «economia de Stáline». A única excepção a estas regras estritas era talvez o comércio externo. Quando a produção dos ramos do Grupo A era exportada, transformava-se em mercadoria tendo um preço de mercado. Mas este foco de «relações monetário-mercantis» estava bem isolado de toda a economia graças ao monopólio estatal do comércio externo e das divisas.

Deste modo, o dinheiro nominal não tinha a função «clássica» de meio de troca. Nem sequer podia ser considerado como medida de valor (a primeira função «clássica» do dinheiro). Este dinheiro era uma unidade convencional, com a ajuda da qual se fazia a planificação da distribuição de todos os tipos de recursos na economia, o registo e controlo da sua utilização, e se aplicava a disciplina nas relações contratuais entre as empresas. Por exemplo, o não cumprimento dos contratos de fornecimento de uma empresa a outra podia ter como consequência

que a segunda não aceitasse efectuar os pagamentos acordados à primeira. Deste modo a empresa incumpridora não recebia os valores nominais na sua conta bancária. Nos tempos de Stáline tal situação era considerada grave. O mecanismo de relações de distribuição era bastante rigoroso.

Na época do «*comunismo de guerra*» foram estabelecidas relações de distribuição. Mas na altura as empresas recebiam os fundos necessários do Comissariado do Povo das Finanças independentemente do cumprimento das encomendas e das suas obrigações perante outras empresas. Por isso a economia nesse período entrou em total declínio.

No que respeita ao autofinanciamento, Stáline esclareceu que no socialismo o autofinanciamento tem um carácter particular. Enquanto no capitalismo as empresas não rentáveis são encerradas, no socialismo pode haver empresas rentáveis e não rentáveis, mas as últimas não encerram. Se uma empresa não tem meios para adquirir meios de produção, estes são fornecidos à custa do orçamento do Estado ou, nalguns casos, mediante crédito do Banco do Estado ou de um banco específico. Stáline sublinhou muitas vezes que o autofinanciamento no socialismo é necessário para o controlo, registo, cálculo, elaboração do balanço. Não obstante ter sido aprovada, em 1932, uma lei que previa a possibilidade de falência, a verdade é que até ao início da II Guerra não foi declarada a insolvência de nenhuma empresa.

O principal meio para recuperar a situação das empresas, no caso de se descobrirem graves violações, eram as sanções administrativas e partidárias, que podiam levar à substituição do director. Isto significa que o director era responsabilizado pelos seus erros e irregularidades, não com penalizações pecuniárias, mas com a exoneração do cargo.

Apesar de na «*economia de Stáline*» existirem os conceitos de «*mercado grossista*» e «*preços de grossista*», estes eram também convencionais. Os chamados «*preços de grossista*» eram calculados pelo método de custos, pela soma dos gastos de trabalho vivo e social expressa em unidades monetárias convencionais, a que se chamava «*rublo nominal*». No sistema de Stáline o lucro não era incluído. O importante era o resultado real tangível.

Entre os indicadores de valor do plano estava, em primeiro lugar, a redução do custo (custo de produção). Na «*economia de Stáline*» havia um mecanismo para controlar os custos. Aliás, a eficácia do registo e do controlo manifestava-se no facto de existir uma disciplina férrea no domínio do registo contabilístico.

Hoje a contabilidade pode «*martelar*» todo o tipo de relatórios de contas, ocultando desfalques e má-gestão. Na «*economia de Stáline*» o regulamento do registo contabilístico era estrito e unívoco, e os balanços tinham de bater certo «*copeque a copeque*».

Talvez o mais completo e interessante trabalho sobre o sistema financeiro de duplo circuito da «*economia de Stáline*» seja o livro *Economia Assimétrica*,² publicado há relativamente pouco tempo no Cazaquistão, do economista cazaque, Kurman Akhmetov. Nesta obra são referidos alguns dados interessantes.

No início do primeiro quinquénio quase metade do produto excedentário da agricultura foi utilizado para financiar o desenvolvimento industrial. Note-se que naquela época 80 por cento da população da URSS era rural. Só ela, na opinião da

² O interessante livro deste autor, *Economia Assimétrica*, está disponível em <http://dalaruh.kz/articles/view/338> (N. Ed.)

«Nova Oposição», podia ser uma fonte real de acumulação (investimentos). Entretanto, no final de 1932, só foram utilizados 18 por cento do produto excedentário da agricultura e passado um ano este valor caiu para quase zero. No entanto, em 1937, a produção total da indústria aumentou quase quatro vezes em relação a 1928. Resultou algo paradoxal: o investimento foi reduzido a zero e a produção cresceu várias vezes.

Como justamente sublinha Akhmetov, só foi possível atingir estes resultados extraordinários com a ajuda de um método nunca antes utilizado na história da economia: a separação da massa monetária em dinheiro real [numerário ou dinheiro em espécie] da massa em dinheiro nominal.

Depois da reforma financeira de 1930-31, o Banco do Estado tornou-se a única entidade emissora de dinheiro nominal. Nesta altura já tinham sido extintos os bancos comerciais que emitiam determinados volumes de crédito. Restaram apenas alguns bancos especiais que efectuavam empréstimos a longo prazo às empresas. Os seus fundos eram constituídos predominantemente pelo orçamento do Estado.

Durante a reforma financeira de 1930-31, o Banco Estatal da URSS adquiriu o estatuto de monopólio na área do crédito de curto prazo, bem como se tornou no centro unificado de pagamentos, servindo tanto as empresas como o orçamento do Estado e os bancos especiais do Estado.

A facturação horizontal entre empresas, à margem do *Gosbank*, foi interdita. Em primeiro lugar proibiu-se o crédito comercial, que foi amplamente utilizado no período da *NEP*.

Os recursos creditícios, concedidos às empresas sob a forma nominal, eram financiados pelo orçamento do Estado e pelos fundos temporariamente depositados pelas empresas nas contas do *Gosbank*. Quando estas duas fontes não eram suficientes, o *Gosbank* emitia moeda suplementar.

Entre 1931 e 1935, em resultado das emissões, a massa monetária nominal emitida pelo *Gosbank* atingiu 5,2 mil milhões de rublos, ou seja, aumentou 2,25 vezes.

Tomemos como exemplo o ano de 1938. Em 1 de Janeiro, os investimentos de crédito do *Gosbank da URSS* na economia nacional ascendiam a 40,7 mil milhões de rublos. Destes investimentos, 14,5 mil milhões de rublos (35,3%) constituíam recursos da economia depositados em contas bancárias, 12,8 mil milhões de rublos (31,2%) eram recursos do Orçamento do Estado, e 13,6 mil milhões de rublos consistiam em novas emissões de moeda, que representaram um terço de todos os créditos de investimento do *Gosbank*.

Considerando que o *Gosbank* era na prática uma subdivisão do Commissariado do Povo das Finanças, a emissão suplementar de moeda pode ser vista como uma forma de cobrir o défice do Orçamento do Estado. Resta a questão de saber se esta emissão tinha «cobertura» ou não.

Os novos créditos do *Gosbank* eram concedidos para projectos concretos, dos quais se esperava um retorno nos períodos seguintes. Pode-se estabelecer uma analogia como o esquema actual chamado «*financiamento de projecto*» (o crédito é concedido tendo como garantia não o património, mas o próprio projecto que pode proporcionar rendimentos no futuro); nas condições da «*economia de mercado*» este processo é considerado de alto risco. Na «*economia de Stáline*» o retorno dos projectos e o reembolso dos créditos nem sempre correspondiam ao inicialmente previsto. Todavia, estes desvios não colocavam as empresas nem o Estado em

situação de incumprimento. Estes «buracos» eram rapidamente cobertos com meios financeiros do Estado. A emissão de moeda nominal pelo *Gosbank* efectuava-se na base do plano de crédito do país, o qual era coordenado com o plano geral da economia nacional e com o orçamento do Estado.

A circulação de moeda nominal na «*economia de Stáline*» pode ser comparada com a circulação do sangue nas artérias e no sistema venoso. O numerário circulava nos vasos capilares, ou seja, no comércio a retalho de bens de consumo e serviços.

O numerário era utilizado quase exclusivamente para pagar as remunerações e prestações e as despesas da população. Passava principalmente pelas tesourarias das empresas estatais e cooperativas e de outras organizações, bem como através dos balcões do *Gosbank da URSS*.

Na época de Stáline o trabalho de cada cidadão era retribuído com um conjunto de bens necessários à vida. Este conjunto era definido pelo nível de produção e de produtividade do trabalho. Na primeira etapa a tarefa era simplesmente garantir pão e outros produtos alimentares básicos a todos os trabalhadores. À medida que o sistema se ia desenvolvendo seguiu-se o vestuário, alojamento, instrução, cuidados médicos, electrodomésticos, etc. Na «*economia de Stáline*» a prioridade era a produção de bens concretos e quantidades concretas (em quilogramas, conjuntos, unidades). O dinheiro era secundário.

A emissão de dinheiro em espécie e a planificação da sua entrada em circulação eram competências do *Gosbank da URSS*. A partir de 1930 começou-se a elaborar planos de tesouraria do *Gosbank* em função dos balanços dos rendimentos e despesas da população e dos planos de tesouraria das empresas. A planificação da circulação monetária deixou de se limitar à definição geral da massa monetária em circulação e à sua regulação indirecta. A regulação tornou-se directa e incidia sobre os fluxos principais da circulação de dinheiro em espécie. No essencial tratava-se da remuneração do trabalho, das compras estatais aos *kolkhozes*, bem como do reingresso desse dinheiro através da rede de comércio e de iniciativas financeiras do Estado (impostos, empréstimos).

A principal tarefa do *Gosplan*, do Commissariado do Povo das Finanças e do *Gosbank* consistia em garantir poder aquisitivo do rublo real, não permitir a sua desvalorização e a inflação dos preços no mercado dos bens de consumo.

Durante o primeiro quinquénio observou-se efectivamente um aumento acelerado da massa monetária [real], que estava desfasada com o nível de abastecimento do mercado de bens de consumo. A situação foi estabilizada em 1932-33. Apesar de alguma desvalorização do rublo, os rendimentos reais da população cresceram sensivelmente durante o período da industrialização. A questão do equilíbrio entre o mercado de bens de consumo e a massa monetária [real] na economia de Stáline será tema para um tratamento à parte.

Agora queria chamar a atenção para o facto de terem sido colocadas sólidas barreiras entre o circuito do dinheiro nominal e o circuito do dinheiro em espécie.

As empresas eram autorizadas a converter em numerário apenas os montantes necessários para o pagamento das remunerações do trabalho e das despesas em deslocações, além de algumas outras minudências. Ao longo de muitos anos (décadas), durante a existência do sistema monetário de duplo circuito, os casos de peculato contavam-se pelos dedos de uma mão. Mas havia casos de delapidação da propriedade socialista? Havia, embora 99 por cento desses casos se relacionassem com apropriação indevida de matérias-primas, produção não contabilizada

(clandestina), furto de produtos agrícolas, etc. Até havia assaltos (raramente, é certo) a caixas nas lojas e mesmo a agentes cobradores. No entanto o roubo de dinheiro nominal através da sua conversão em numerário era tão difícil como, digamos, roubar o Fort Knox. Mesmo que houvesse fugas insignificantes do circuito do dinheiro nominal, quem se apropriasse desse dinheiro não tinha qualquer hipótese de adquirir meios de produção de modo a obter rendimentos não provenientes do trabalho. Esses milionários clandestinos estavam condenados a esconder eternamente os frutos do peculato, não os podendo utilizar sob pena de serem descobertos.

Graças à criação de um sistema monetário duplo foi possível criar um sistema económico único. Eis como o economista cazaque descreve esse sistema:

«A decisão de separar a massa monetária em duas esferas independentes (em numerário e nominal) foi indiscutivelmente genial, permitindo que o país percorresse num curtíssimo prazo um caminho que, em condições normais de desenvolvimento, se prolongaria por séculos (no melhor dos casos). Esta forma de resolver problemas absolutamente insolúveis teoricamente era a única possível naquelas condições históricas concretas, com os recursos produtivos e o nível de desenvolvimento técnico à disposição do jovem Estado soviético.

Esta solução não foi encontrada imediatamente. Ao que tudo indica foi descoberta empiricamente, já que não tem qualquer relação com a teoria marxista. Em contrapartida correspondia inteiramente à economia soviética real então existente.

O sistema financeiro criado na URSS não tinha análogos na história e parecia estranho e insólito até aos próprios dirigentes do Estado. Contrastava de tal modo com toda a experiência acumulada pela ciência económica da época que se tornava necessário proceder à fundamentação ideológica, e não científica, da sua introdução. Em resultado, os princípios de funcionamento do sistema económico soviético foram tão camuflados com elaborações ideológicas que ainda hoje não são compreendidos com clareza.

O salto em frente da economia, que alterou completamente a sua estrutura, e a criação do correspondente sistema financeiro imprimiram uma orientação ao desenvolvimento que fez a economia crescer não em função do crescimento do consumo privado, e portanto em função da acumulação e dos investimentos, mas inversamente: o consumo privado crescia em função do crescimento geral da economia e em correspondência com o incremento das possibilidades técnicas.»³

De algum modo a tese de Akhmetov sobre o desenvolvimento acelerado da economia em relação ao aumento do consumo está em conformidade com o princípio mais importante da «*economia de Stáline*» que consiste no desenvolvimento superior dos ramos do Grupo A em relação aos ramos do Grupo B.

Com a chegada ao poder de Mikhail Gorbatchov iniciou-se a fase terminal da destruição do sistema financeiro de duplo circuito. A pretexto do «*aperfeiçoamento dos incentivos materiais aos trabalhadores*», foram tomadas decisões ao nível do Estado e do partido que autorizaram a canalização de parte dos recursos financeiros nominais de diferentes fundos das empresas para os fundos de estímulos materiais,

³ Kurman Akhmetov, *O Paradoxal Sistema Financeiro da URSS*, jornal *Svoboda Slova* (Cazaquistão), 2008, n.ºs 1-3.

onde eram convertidos em numerário. Aliás, duas décadas antes da *perestroika* de Gorbatchov já tinha sido feito um ensaio geral que ficou conhecido como a «*reforma de Kossíguine-Liberman*». Esta reforma atenuou a barreira entre os circuitos financeiros nominal e em numerário (já sem falar no aumento dos custos da economia que provocou).

Em primeiro lugar as empresas foram orientadas para obtenção de lucro, que passou a ser o indicador principal. Em segundo lugar, foram autorizadas a transferir parte dos seus lucros para o fundo de estímulos materiais. Tudo isto deveria estimular a actividade laboral e a redução do custo da produção. Já durante a *perestroika*, o dique que separava as duas formas de dinheiro foi completamente destruído.

Em 1989, V. M. Iakuchev escreveu:

«Nas relações entre as empresas do Estado, o rublo não desempenhava o papel de dinheiro, mas era de facto uma unidade contabilística, que servia como mediador da actividade e para contabilizar os custos do trabalho.

Por conseguinte tínhamos dois tipos de dinheiro: o “dinheiro do trabalho” e o “dinheiro contabilístico”. Estes dois tipos de dinheiro não se podem misturar e muito menos converter o “dinheiro contabilístico” em “dinheiro do trabalho”. Os funcionários dos órgãos de planificação e finanças levam em conta esta diferença quando planificam a massa monetária em circulação e insistem para que não sejam transferidas verbas de outras rubricas para os fundos de estímulo material das empresas. Mas esta diferença não é reconhecida pelos economistas orientados para o mercado que dominam a ciência económica. Em vez de compreenderem por que razão os técnicos agem desta maneira, acusam-nos de inépcia e ignorância, esquecendo pelos vistos que a prática é o critério da verdade. Hoje, os técnicos cederam à pressão dos teóricos e por isso começou-se a transferir para os fundos de estímulo enormes quantidades de “dinheiro contabilístico”. O resultado foi a desorganização quase completa do sistema financeiro.»

A conversão do dinheiro «*contabilístico*» tornou-se na principal fonte de acumulação primitiva de capital daqueles que mais tarde se vieram a intitular «*novos russos*» e «*oligarcas*». Tomemos o exemplo de Khodorkóvski.⁴ Obteve os seus primeiros milhões através do chamado Centro Criativo Juvenil Científico-Técnico. A partir de 1987 foi criada uma rede deste tipo de centros por todo o país. Toda a criatividade resumia-se ao facto de que, conforme a nova legislação, as empresas podiam transferir dinheiro das suas contas bancárias para estes centros para diferentes tipos de «*projectos científico-técnicos*». O dinheiro era assim convertido em numerário. Em nome do rigor, deve-se dizer que não era só Khodorkóvski quem ganhava com esta «*criatividade*», mas também os directores das empresas que se mantiveram no anonimato.

⁴ Mikhail Boríssovitch **Khodorkóvski** (1963), antigo dirigente do *Komsomol* (juventude comunista), tornou-se um dos principais proprietários da petrolífera *Iukos* entre 1997 e 2004. Quando foi preso, em Outubro de 2003, acusado de peculato e evasão fiscal, era um dos homens mais ricos do mundo, com uma fortuna avaliada em 15 mil milhões de dólares. Em 2005 foi condenado por fraude e outros crimes, sendo declarada a falência da sua companhia *Iukos*. Após dez anos de prisão, em 20 de Dezembro de 2013, a sua pena foi perdoadada por um decreto do presidente Vladímir Pútine. Instalou-se imediatamente na Suíça onde possui várias empresas em seu nome. (*N. Ed.*)

Hoje vivemos no reino da economia de mercado e assistimos à conversão praticamente ilimitada de dinheiro em espécie em dinheiro nominal e vice-versa.

Apenas quando através de um qualquer banco russo se descobre um desfalque de vários milhares de milhões de rublos, o Banco da Rússia levanta a voz e encena o espectáculo para retirar a licença ao banco.

Controlo algum da parte do Banco Central da Rússia ou do Serviço Federal de Supervisão Financeira pode impedir a actividade criminosa destes gatunos.

Esta conversão, que serve a circulação de capital entre a economia «*legal*», semilegal e até ilegal, é a essência do capitalismo russo dos nossos dias. O dinheiro, que entra por vários canais nas contas das empresas «*legais*», é depois convertido em numerário e submerge em actividades ilegais onde é possível extrair lucros elevadíssimos. O dinheiro obtido no sector ilegal tem depois o seguinte destino: uma parte retorna às contas das empresas «*legais*» (existe uma imensidão de procedimentos para a sua legalização); outra parte é utilizada para pagar subornos (aqui apenas se utiliza numerário); uma terceira parte serve para pagar salários em «*envelopes*» ou para contratar imigrantes (estes como é sabido dispensam contas bancárias); uma última parte é enfim depositada em contas bancárias perfeitamente legais pertencentes aos participantes nestas operações.

Para pôr fim a esta doença crónica e acabar com a delapidação do património do povo, é necessário proibir (ou pelo menos regulamentar rigorosamente) a conversão de dinheiro nominal em numerário.

A reintrodução do sistema monetário de duplo circuito deveria ser reforçada com a limitação dos movimentos de capitais interfronteiriços (estes movimentos de capitais também facilitam a delapidação das nossas riquezas). Este é um objectivo mínimo.

O objectivo máximo é iniciar a segunda industrialização da Rússia, com base no sistema financeiro de duplo circuito e tendo em conta a experiência da «*economia de Stáline*».

A este propósito volto a citar o meu colega cazaque, Kurman Akhmetov, que considera que nenhum tipo de expedientes fiscais, nenhuma medida para dinamizar a concessão de crédito bancário, e (muito menos) o investimento estrangeiro poderão fazer sair o Cazaquistão da crise em que mergulhou na sequência das reformas de «*mercado*». A única solução passa pelo retorno ao sistema financeiro de duplo circuito:

«A necessidade da reorganização do sistema financeiro é hoje compreendida por qualquer investigador sério. Como é que tal irá funcionar na prática? Vejamos um exemplo simples. É sabido que o sector energético se encontra hoje num estado crítico e ameaça entrar em ruptura nos próximos dois anos. As autoridades tentam salvar a situação através do aumento constante das tarifas. Mas as receitas assim obtidas são de qualquer modo insuficientes. Na realidade a nossa população nunca poderá financiar a renovação da rede de energia, porque simplesmente não tem dinheiro que chegue. Por isso não se deve aumentar as tarifas, mas baixá-las. O financiamento do sector energético deve ser assumido pelo Estado através de linhas especiais de crédito, totalmente blindadas e destinadas exclusivamente a fins concretos. Da população apenas se deve obter retirados recursos para o pagamento dos salários do sector. O mesmo se aplica às redes de abastecimento de água, aquecimento, de gás, infra-estruturas em geral e muitas outras áreas. Sobrecarregar a população com todos os gastos é

inconcebível e inútil: de qualquer maneira a população não suportará tais encargos. Em tal caso não salvaremos a economia e arruinaremos a população».

Hoje ouve-se com frequência que a Rússia apenas continua a existir graças à herança soviética. Alude-se à base técnica-material: fábricas, centrais hidroeléctricas, caminhos-de-ferro, indústria mineira, jazidas, etc. Isto é verdade, mas dispomos ainda de outra herança: a inestimável experiência da construção de uma economia eficiente. A necessidade de utilizarmos esta experiência aumentará de ano para ano.

Anexo

No sentido de tornar mais acessível a compreensão deste tema crucial, publicamos de seguida brevíssimos extractos do livro de Kurman Akhmetov, Economia Assimétrica, que descrevem alguns aspectos sobre o funcionamento da economia dita de «mercado», os quais, apesar da sua evidência, nunca vêm à liça ou são aprofundados nos debates sobre a actual crise económica, que atinge em geral os países capitalistas ocidentais. [N. Ed.]

«Um dos principais sintomas da crise que alastrou a todos os países surgidos no espaço da antiga URSS é a falta generalizada de dinheiro. Não há dinheiro para pagar salários e pensões, não há dinheiro para o orçamento do Estado, não há dinheiro para financiar programas sociais, etc. O dinheiro em circulação é claramente insuficiente para cobrir estas necessidades. Os recursos financeiros são insuficientes não só para efectuar pagamentos, como escasseiam na economia em geral ameaçando a sua derrocada. Não há dinheiro sequer para renovar infra-estruturas decrépitas. Qual é a razão deste estado de coisas?

Alguém disse muito justamente que é preciso estudar a história do problema; quando se compreende como e por que razões o problema surgiu, muitas soluções surgem por si só. Para descobrirmos de que forma podemos resolver uma multiplicidade de problemas que se abateram sobre nós, é necessário fazermos uma pequena excursão ao nosso passado recente para analisar as diferenças estruturais entre a economia da antiga URSS e a dos países do Ocidente.

É sabido que na economia de mercado os bens de consumo são o sector dominante no qual toda a economia se baseia. Simplificando (sem considerarmos a influência do sistema bancário), podemos dizer que qualquer economia de mercado assenta no consumo privado, o qual está directamente relacionado

com os rendimentos individuais dos cidadãos. Aqui todos os custos são incluídos no preço final do produto de consumo.

Em suma, toda a economia de mercado está orientada antes de mais para servir o sector de bens de consumo, o qual constitui o seu fim. As despesas governamentais são pagas com as receitas fiscais ou à custa do aumento da dívida do Estado. Neste tipo de economia a existência de um forte sector de bens de consumo é uma necessidade, uma vez que ele é a base da economia.

Do ponto de vista financeiro, o sector de bens de consumo contém em si toda a economia, uma vez que, como é sabido, a massa monetária na economia de mercado equivale ao volume de todas as mercadorias realizadas, expresso em preços, o que está reflectido na conhecida teoria da equivalência quantitativa do dinheiro:

$$M \times V = P \times Q$$

(dinheiro x velocidade da circulação = preços x volume de mercadorias)

À excepção das produções financiadas pelo orçamento do Estado, toda a esfera produtiva na economia de mercado é custeada com os recursos provenientes da venda de bens de consumo e redistribuídos verticalmente para cima. Por exemplo, se um agricultor compra um tractor, o custo desse tractor será pago em última instância pelo consumidor de produtos agrícolas. Se uma empresa produz máquinas-ferramentas, no final, quem as paga não é quem as compra, mas quem adquire os produtos fabricados com a ajuda dessas máquinas-ferramentas. Tudo é incluído no preço do bem de consumo acabado: o custo da energia, as despesas de transporte, as matérias-primas, as contribuições fiscais, e muito mais. O próprio crédito bancário é concedido tendo em conta a rentabilidade da realização dos bens de consumo que permitirá efectuar as amortizações e pagar os juros, isto é, os juros também estão incluídos no preço final dos bens de consumo.

Esta economia pressupõe, antes de mais, a existência de um sector desenvolvido de produção de bens de consumo e um nível salarial relativamente alto. Por isso, a parte dos salários em todos os países com economia de mercado é bastante consistente.

(...)

Numa economia estruturada como a da União Soviética, o sector de bens de consumo não tem relevância económica, isto é, as alterações no consumo privado têm uma influência na economia bastante limitada, dado que o sector de bens de consumo tem aqui um carácter subordinado e não predominante.

A batalha desesperada pela criação de um complexo de defesa nos anos 30, a II Guerra Mundial, a necessidade de superar a destruição no pós guerra e a corrida aos armamentos consolidaram a situação.

A principal peculiaridade da economia soviética consistia no facto de produzir uma quantidade de bens de consumo equivalente a uma determinada massa monetária. Mas ao mesmo tempo, a soma de todos os sectores produtivos, infra-estruturas e sistemas de protecção social exigia um volume de financiamento várias vezes superior à massa monetária em circulação. Isto era possível porque o sector do consumo estava rigorosamente separado dos restantes sectores, não podendo haver transferência de recursos, por exemplo, do Grupo A para o Grupo B, devido à existência de dois sistemas monetários (em numerário e nominal) praticamente estanques.

Quando esta separação começou por ser atenuada [nos anos 60] e mais tarde foi completamente abolida, a economia passou a funcionar com base na massa monetária garantida pela produção real de bens de consumo. Ora, como o volume de bens de consumo produzidos era reduzido relativamente à dimensão da economia, a massa monetária começou a diminuir aceleradamente até corresponder ao volume de mercadorias. No final, a massa monetária foi reduzida a um nível tão baixo que tornou impossível o funcionamento da economia.

Devido à falta de dinheiro, o governo deixou de financiar as diferentes esferas da sociedade. A circulação monetária foi substituída pelo endividamento mútuo, pelas trocas, pelo acerto de dívidas mútuas, etc. Mas como as dívidas não são dinheiro, a produção começou a cair, levando a uma rápida degradação da situação, ao aumento dos salários em atraso, à queda constante do poder de compra da população, o que só agravou a situação.

O aumento da massa monetária conduz ao aumento dos preços, mas o seu controlo rigoroso agudiza a falta de dinheiro: o orçamento do Estado colapsa, assim como os sistemas vitais do Estado e tudo o resto. As «*reformas*» entraram assim num «*beco sem saída*».

Em suma, nos anos das «*reformas*» [final dos anos 80 início dos anos 90] aconteceu aquilo que tinha de acontecer. Tudo era bastante previsível.

(...)

Tanto na época como agora, foi incutida a opinião generalizada de que alegadamente «*não somos ricos a ponto de podermos ter uma economia gratuita*». Trata-se de uma ideia falsa. Na realidade não somos suficientemente ricos para poder ter uma economia inteiramente paga; simplesmente porque a massa monetária garantida pelo volume de mercadorias não chega para

pagar tudo com dinheiro real. A nossa economia não produz a correspondente massa de mercadorias. Se não adequarmos o nosso sistema financeiro à estrutura da nossa economia, não só não podemos reformar nada, como a nossa própria existência física será posta em causa muito rapidamente.

(...)

Como é sabido, o sistema bancário da URSS tinha um só nível [ao contrário dos países capitalistas que para além do Banco do Central (entidade emissora e reguladora) existe toda uma rede de bancos comerciais privados que serve as empresas e a população]. Era constituído pelo Banco do Estado e pelas caixas de poupança que lhe estavam subordinadas, bem como por instituições formalmente independentes, como o *Stroibank* [Banco de Construção], o *Vnechtorbank* [Banco do Comércio Externo], o *Gosstrakh* [Direcção Principal de Seguros do Estado] e o *Inostrakh* [Direcção Principal de Seguros Estrangeiros da URSS]. A soma dos recursos financeiros acumulados por estas instituições constituía o chamado fundo de empréstimos do país, que era distribuído e redistribuído sob a forma de créditos nas diferentes esferas da economia.

Ao copiarem o sistema bancário ocidental, os «reformadores» não tiveram em conta que o sector bancário é um elemento da estrutura geral da economia e não pode ser concebido separadamente dela.

O objectivo da actividade comercial dos bancos não é, em si, a concessão de crédito à economia, mas a extracção de lucro.

Ora, nas nossas condições concretas, os diferentes sectores da economia têm diferentes níveis de rentabilidade. Pode-se financiar a indústria, mas é mais vantajoso financiar o comércio. Por isso o dinheiro gerado por todas as actividades económicas é redistribuído pelos bancos comerciais da forma mais prejudicial e destruidora para o nosso tipo de economia. Quase todos os recursos vão para o comércio, para a esfera dos serviços, para a actividade das empresas intermediárias, para a especulação financeira ou para a exportação de recursos naturais.

O resultado é que o sector real da economia permanece exangue e é destruído pela falta de suporte financeiro.

Além disso, a lógica da actividade dos bancos comerciais é captar fundos temporariamente livres e redistribuí-los através de créditos. Por outras palavras, os bancos comerciais trabalham com dinheiro excedentário. Mesmo que apenas temporariamente, trata-se de dinheiro excedentário na circulação. Mas no que respeita à nossa economia, o facto é que não temos dinheiro excedentário. O que observamos não é excesso, mas uma penúria catastrófica de dinheiro, mesmo que os bancos acumulem grandes

reservas de capital imobilizado que não é canalizado para a economia.

Isto não é surpreendente. Se a economia não tem um sector de consumo forte, então conceder crédito a empresas que estão direccionadas para a satisfação das necessidades da população, simplesmente não é lucrativo. Nestas condições a banca comercial tende a concentrar a sua actividade nas operações das grandes corporações (principalmente dos grupos exportadores de recursos naturais) que lhe garantem a sobrevivência. Os sectores não exportadores são asfixiados por falta de crédito, tanto mais que não têm rentabilidade e não podem pagar os empréstimos.

A conclusão é clara: é preciso adequar o sistema financeiro à estrutura da nossa economia e é preciso restabelecer o sistema bancário de um só nível (aliás, um sem o outro são inconcebíveis).»

Extractos do livro, Economia Assimétrica, de Kurman Akhmetov